

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – VOLTA REDONDA.  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS)  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

**PROJETO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO**

**TÍTULO PROJETO:**

Diálogos entre Psicologia e a Assistência social no campo das políticas públicas: tessituras em rede.

**COORDENAÇÃO DO PROJETO:**

Prof. Dr. Alexandre Bárbara Soares

**CAMPO DE ESTÁGIO**

Rede de Proteção Básica da Assistência Social de Volta Redonda – Centros de Referência da Assistência Social. O local de estágio será definido a partir do levantamento de demanda junto à rede, etapa inicial do projeto.

**VAGAS DISPONÍVEIS:**

201~~9~~/2 - 04 (quatro)

**PRÉ-REQUISITOS:**

Ter concluído as disciplinas de introdução à psicologia social, introdução às políticas públicas e psicologia social I.

**CAMPO DE ESTÁGIO:**

Rede de Assistência Social de Volta Redonda (Proteção básica – CRAS)

**PROPOSTA:**

A proposta deste estágio é promover a integração entre a graduação e as práticas da psicologia nas políticas de assistência promovendo, através do referencial da psicologia social comunitária, a integração com as comunidades do entorno do campus do Atterrado.

As atividades de estágio são parte central na formação do estudante de psicologia, promovendo a necessária intercessão entre conhecimentos teóricos e as formas possíveis de ação e intervenção no campo social.

Além disso, o curso de psicologia da UFF de Volta Redonda enfatiza a ação do profissional comprometida com o campo social e com as políticas públicas.

Neste campo, as políticas de Assistência Social, organizadas a partir da criação e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS. Lei Nº 12.435 de 2011), passaram a integrar a assistência à Seguridade Social, Saúde e Previdência Social, em uma rede de atenção às populações historicamente mais empobrecidas do país. Dentro deste sistema de atenção, a psicologia tem tido papel importante de catalizador de demandas e organizador de processos e práticas, normatizadas a partir das referências técnicas para a atuação da(o) psicóloga(o) no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), organizadas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), do sistema conselhos de psicologia.

A atuação em contextos complexos e habitados por toda sorte de precariedades, como em bairros na periferia das cidades ou em ocupações ou favelas implica a elaboração de metodologias alternativas às que são comuns e tradicionais ao fazer do psicólogo. Ao profissional de Psicologia cabe a análise da ausência histórica de investimento do Estado nessas comunidades, culminando com a inexistência e insuficiência de espaços e equipamentos públicos, assim como a necessidade de revisitar as próprias intervenções da Psicologia, que precisam transpor os limites de uma sala, para outro modelo de atendimento fundamentado em uma análise crítica da profissão (Senra & Guzzo, 2012).

Estabelecer um diálogo com este campo a partir da Universidade é fundamental para o fortalecimento de uma rede de atenção, que integre distintos atores sociais, comprometidos com mudanças das condições profundamente desiguais e injustas às quais grande parte da população brasileira ainda se encontra submetida. Ao mesmo tempo, demanda uma imersão no cotidiano do trabalho transdisciplinar permitindo que, sem abdicar do seu saber específico, o psicólogo se permita experimentar a construção coletiva de saberes tecidos nos encontros entre os diferentes campos do conhecimento que compõe as equipes de atenção básica. A transdisciplinaridade é um elemento central das políticas públicas e coloca a necessidade do exercício de análise constante, por parte dos profissionais, sobre as demandas e os contextos em que os saberes atuam e nos modos de subjetivação que produzem.

A atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social, tem como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas. As políticas públicas são um conjunto de ações coletivas geridas e implementadas pelo Estado, que devem estar voltadas para a garantia dos direitos sociais, norteadas pelos princípios da impessoalidade, universalidade, economia e racionalidade e tendendo a dialogar com o cidadão.

As atividades do psicólogo no CRAS devem estar voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco, objetivando atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas. (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2007). Acreditamos que a ação dos e das psicólogos e psicólogas na construção de uma outra psicologia exige uma perspectiva crítica e constante articulação com as políticas públicas vigentes, especialmente com a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Aproximar as e os estudantes de graduação tanto dos equipamentos de Assistência quanto das comunidades atendidas possibilitará uma maior interlocução entre conteúdos teóricos e as demandas da população local. A universidade e os cursos de graduação apresentam imenso potencial de transformação social e potencialização de políticas públicas, possibilitando que corpo discente, corpo docente e trabalhadores possam construir alianças diretamente na ação, no acolhimento e na formação cidadã.

#### **OBJETIVOS:**

**Objetivos do estágio:** Oferecer aos estudantes, a partir do contato com equipes técnicas e usuários dos serviços de Assistência (SUAS), a possibilidade de construção de referenciais e instrumentos de ação e intervenção social e institucional, além do incremento de suas capacidades analíticas e críticas em ambientes transdisciplinares.

#### **Objetivos específicos:**

- Compreender as repercussões das questões estruturais da sociedade no cotidiano das comunidades atendidas, ampliando a reflexão sobre a atuação do profissional de Psicologia nos contextos institucionais públicos;
- Identificar as principais demandas que aportam à Assistência e elaborar planos de intervenção transdisciplinar discutidos e implementados coletivamente com as comunidades atendidas;
- Oferecer aos alunos a possibilidade de acompanhar casos atendidos pelas equipes de Assistência, promovendo experiências de escuta e diálogo transdisciplinares;
- Identificar redes de apoio que articulem aos serviços do CRAS com os serviços oferecidos por outras políticas públicas, promovendo ações de intersetorialidade;
- Identificar e promover estratégias de fortalecimento dos vínculos sócio afetivos, de forma que as ações e programas gerem progressivamente

independência dos benefícios oferecidos e promovam a autonomia das pessoas e comunidades atendidas.

- Estimular e promover a problematização, por parte da equipe de estágio, dos conceitos de território e cidade, articulando-os com os modos de subjetivação que se produzem a partir destes espaços.
- Construir habilidades para problematizar e agir nas diferentes situações apresentadas no cotidiano dos serviços;
- Estimular e acompanhar a prática de produção e análise de documentos no contexto de formação acadêmica.
- Qualificar a inserção dos alunos nos serviços de Assistência para atuar no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- Promover a inserção dos estagiários e estagiárias no campo dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

### **ATIVIDADES PROPOSTAS:**

#### **1. IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS DA REDE**

Leitura e estudo dos prontuários de atendimento do CRAS da região, buscando identificar discursos que aportam no serviço e encaminhamentos propostos dentro da rede de atenção. Também será negociada a participação de duplas de estagiários nas reuniões das equipes técnicas, permitindo a compreensão das lógicas institucionais e dos processos de construção das ações transdisciplinares.

Após três meses deste percurso, a equipe de estágio poderá elaborar propostas de ações articuladas ao serviço, no âmbito comunitário.

#### **2. CARTOGRAFIA DOS CENTROS DE ATENÇÃO**

A partir da observação participante, duplas de estagiários estabelecerão planos de parceria entre o projeto de estágio e as equipes dos CRAS, buscando identificar meios de análise das lógicas transdisciplinares destes equipamentos e as estratégias das equipes para fortalecer seus serviços.

#### **3. MAPEAMENTO COMUNITÁRIO**

A equipe de estágio irá realizar visitas de imersão a algumas das principais comunidades atendidas pelo CRAS visando identificar atores e instituições chave de cada local e observando as potencialidades e demandas do território. Esta fase será realizada em paralelo a primeira e segunda, utilizando a metodologia da observação participante e survey, com inspiração etnográfica.

#### 4. ELABORAÇÃO DE PLANOS DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIOS

Findas as duas primeiras etapas, a equipe, dividida em duplas de estagiária(o)s irá elaborar seus planos de ação, devidamente apresentados e chancelados pelos interlocutores comunitários e apresentados às equipes técnicas do CRAS. Nesta etapa, identificadas as demandas e estabelecida a aproximação e diálogo com as equipes técnicas, espera-se que sejam apresentadas propostas de promoção do desenvolvimento da autonomia e fortalecimento de vínculos e laços entre os indivíduos, grupos e comunidades da região.

#### 5. SUPERVISÃO

A proposta é que semanalmente a equipe de estágio e a coordenação se reúnam para uma roda de conversa sobre as experiências de campo e elaboração coletiva das etapas posteriores.

#### 6. GRUPOS DE ESTUDO

Propõe-se que a cada duas semanas a equipe de estágio se reúna para ler e discutir material bibliográfico que instrumentalize as reflexões e ações de campo. Esta etapa também poderá contar com trabalhadoras e trabalhadores da rede de assistência que demonstrem interesse em participar.

#### 7. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL DE SEMESTRE E DEVOLUTIVA PARA EQUIPES TÉCNICAS E COMUNIDADE

Ao final de cada semestre, a equipe de estágio deve preparar um relatório descritivo das atividades, resultados, impactos e perspectiva oriundas da atividade proposta, a ser apresentado e discutido junto as equipes técnicas do CRAS e com as lideranças e moradores interessados das comunidades envolvidas.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

- Políticas públicas, interdisciplinaridade e descentralização.
- Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e ações de enfrentamento à pobreza
- Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/1993; Estatuto da Criança e Adolescente – ECA/1990; Plano Nacional de Assistência Social – PNAS/2004;
- Poder disciplinar e sociedade de controle

- Subjetividade e processos contemporâneos de subjetivação
- Biopolítica e biopoder
- Educação popular
- Dinâmicas e processos grupais

### **AGENDA SEMANAL:**

O estágio terá a carga horária de 12 (doze) horas semanais.

Composição da carga horária: oito horas de atividades de campo e quatro de atividades de supervisão e grupos de estudos.

### **AVALIAÇÃO:**

- Participação nas atividades de estágio;
- Capacidade de análise crítica e de escuta coletiva das distintas vozes e atores;
- Pontualidade e presença nas atividades propostas;
- Participação ativa na supervisão;
- Compromisso ético;
- Entrega dos relatórios solicitados.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

Brasil. (1993). Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, DF: DOU de 8 de dezembro de 1993.

Brasil. (2004). Política Nacional de Assistência Social. Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF.

Brasil. (2006). Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. NOB-RH/ SUAS. Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF.

Campos, R. H. de F. (1999). Introdução: A Psicologia Social Comunitária. In R. H. de F. Campos. Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia (3a ed., pp. 9-15). Petrópolis: Vozes.

Canguilhem, G. (1978). O normal e o patológico. (M.T.R.C. Barrocas, Trad.). Rio de Janeiro: Forense. (Trabalho original publicado em 1966).

- Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2007). Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) Brasília, CFP. 48p.
- Foucault, M. (1995a). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Lapassade, G. (1977). *Grupos, Organizações e Instituições*. (H.A.A. Mesquita, Trad.). Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Trabalho original publicado em 1974).
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos*. (C.I. Costa, Trad.). Rio de Janeiro: Editora 34. (Trabalho original publicado em 1991).
- Martin - Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 1, 7-27.
- Sawaia, B. B. (1998). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 35-53). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Senra, C. M. G. & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299.
- Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: Revendo o compromisso da Psicologia. In A. M. B. Bock (Org.) *Psicologia e o compromisso social* (pp. 37-54). São Paulo: Cortez